

Calango II

Calango II Energia Renovável S.A. | 12.107.047/0001-38 | Companhia Fechada

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.
Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).
Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Calango 2 Energia Renovável S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A empresa Calango 2 Energia Renovável S.A. ("Calango 2" ou Companhia) é uma sociedade de propósito específico (SPE) 100%, cuja totalidade das ações pertence à empresa FE Participações S.A. Esta por sua vez tem em sua composição acionária a empresa Força Eólica do Brasil S.A., também uma SPE, detentora de 100% de suas ações. Calango 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 2, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que é localizado nos municípios de Bodó e Santana do Matos (RN).

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Calango 2 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 292 de 06/05/2011, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da Portaria. Em 4 de novembro de 2011, o Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com vigência até 31 de agosto de 2033. Calango 2 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30

MW e energia contratada de 11,8MW médios. Em setembro de 2013, o Parque Eólico foi considerado "Apto à operação comercial" e aguarda a finalização das Instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (IOG) de Lagoa Nova, para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Só após a conexão sua operação comercial será iniciada. Independente da conexão recebe receita.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Incluir o tabelão com os indicadores econômico-financeiros e abaixo fazer uma breve análise sobre os principais pontos de destaque.

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita operacional bruta	-	5.572	0,0%
Receita Operacional Líquida	-	5.055	0,0%
EBITDA	-	3.993	0,0%
Resultado do serviço	-	2.176	0,0%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	415	(381)	(191,8%)
Lucro Líquido	299	1.208	304,0%
Ativo Total	82.470	139.014	68,6%
Investimento	37.058	83.284	124,7%
Dívida Bruta	48.013	84.414	75,8%
Dívida Líquida ¹	3.114	69.110	2119,3%
Patrimônio Líquido	30.974	33.299	7,5%
Indicadores Econômico-Financeiros²			
Margem EBITDA	-	78,99%	78,99 p.p.
Margem Líquida	-	23,90%	23,90 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	-	17,308	0,0%

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

² p.p. - pontos percentuais

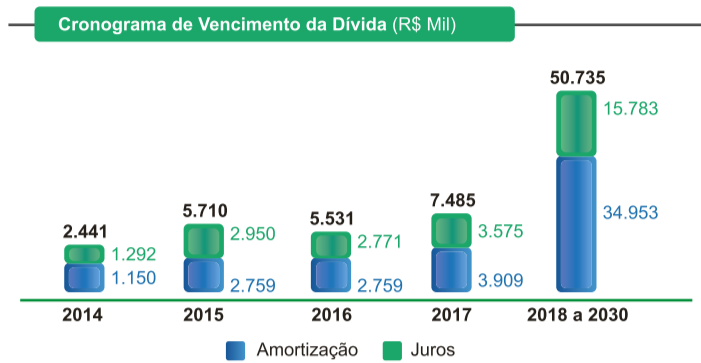
Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução.

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	299	1.208	304,0%
Imposto de Renda e CSLL	116	587	406,0%
Receita Financeira	(415)	(1.404)	238,3%
Despesa Financeira	-	1.785	0,0%
Amortização / Depreciação	-	1.817	0,0%
EBITDA	-	3.993	0,0%

4. ENDIVIDAMENTO

4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em julho de 2012, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES no valor de R\$ 82,7 milhões com prazo de 16 anos sendo 6 meses de carência para amortização do principal após a entrada em operação comercial, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 2,18% a.a. Este recurso teve como finalidade a realização dos investimentos para a construção do parque eólico.
Até dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 80,8 milhões e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 85,4 milhões.



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Em milhares de reais		
	Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA	14	5.055	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS	15	(2.878)	-
LUCRO BRUTO		2.177	-
Despesas gerais e administrativas	15	(1)	-
LUCRO OPERACIONAL		2.176	-
Receitas financeiras		1.404	415
Despesas financeiras		(1.785)	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.795	415
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(587)	(116)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.208	299
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - RS			
Ordinária		0,04	0,01

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Em milhares de reais		
	Notas	2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		2013	2012
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)		1.795	415
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO DO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Depreciação e amortização		1.817	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		3.194	1.811
		6.806	415
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Contas a receber de clientes e outros		(1.559)	-
IR e CSLL a recuperar		(910)	(99)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL		16	(16)
Outros ativos		(700)	2
		(3.153)	(113)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		15.176	2.921
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL		(316)	194
Coligadas e controladas		472	(420)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos		(240)	(24)
Outros passivos		91	-
		15.183	2.671
		18.836	2.973
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(83.283)	(36.646)
Aplicação (resgate) de títulos e valores mobiliários		1.811	(1.811)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(81.471)	(38.457)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento (redução) de capital		1.617	30.744
Captação de empréstimos e financiamentos		33.236	47.600
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		34.853	78.344
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(27.782)	42.860
Caixa e equivalentes no início do exercício		43.086	8.226
Caixa e equivalentes no fim do exercício		15.304	43.086
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(27.782)	42.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Em milhares de reais		
	Notas	2013	2012
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.304	43.086
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	1.559	-
Títulos e valores mobiliários	5	-	2
Impostos e contribuições a recuperar	6	701	78
Outros ativos circulantes		698	-
TOTAL DO CIRCULANTE		18.262	43.166
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.811
Imobilizado	7	120.752	37.493
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		120.752	39.304
TOTAL DO ATIVO		139.014	82.470
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	18.097	2.921
Empréstimos e financiamentos	9	3.345	909
Impostos e contribuições a recolher	10	721	249
Dividendos e juros sobre capital próprio	11	571	71
Partes relacionadas	17	-	242
TOTAL DO CIRCULANTE		22.734	4.392
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	81.069	47.104
Provisões	12	1.823	-
Outros passivos não circulantes		89	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		82.981	47.104
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		32.362	30.745
Reservas de lucros		76	16
Proposta de distribuição de dividendos adicional		861	213
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.299	30.974
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		139.014	82.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Em milhares de reais					
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1	-	1	-	-	2
Aumento de capital	30.744	-	-	-	-	30.744
Lucro líquido do exercício	-	-	-	299	-	299
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(213)	213	-
Destinações:						
Reserva legal	-	15	-	(15)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(71)	-	(71)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	30.745	15	1	-	213	30.974
Aumento de capital	1.617	-	-	-	-	1.617
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.208	-	1.208
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(213)	(213)
Destinações:						
Reserva legal	-	60	-	(60)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.148)	861	(287)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	32.362	75	1	-	861	33.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

1. Informações Gerais

A empresa Calango 2 Energia Renovável S.A. (Calango 2 ou Companhia) é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% FE Participações S.A., que é uma SPE 100% Força Eólica do Brasil S.A. Calango 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 2, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da ANEEL em 2010 que está localizado nos municípios de Bodó/Santana do Matos (RN). Conforme portaria nº 292, de 06 de maio de 2011, o Ministério de Minas Energia, autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, com o prazo é de 35 anos a partir da publicação da referida portaria no dia 09 de maio de 2011.
Em 1º de setembro de 2013 a ANEEL declarou através do Despacho n.º 3.314, que a usina estava apta a iniciar a operação comercial, aguardando apenas a finalização da IOG (instalação compartilhada de geração), Lagoa Nova (Chesf), para conexão ao SIN (sistema interligado nacional). Sendo assim, conforme cláusula 5.12 do contrato do CCEAR a Companhia tem o direito de receber a receita integral dos contratos até a entrada em operação efetiva.
Calango 2 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 11,8 MW médios.
A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período.
A Administração da Companhia autoriza a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.
Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.
A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.
Receita de Juros
A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do patrimônio líquido, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.
As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

2.5. Imposto sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
• **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem;

• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se, substancialmente, a empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.
Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

b.1) Mens

Calango II

Calango II Energia Renovável S.A. | 12.107.047/0001-38 | Companhia Fechada



4 Contas a Receber de Clientes e Outros

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Contas a receber de clientes	(a)	1.295	-
Comercialização de energia na CCEE	(b)	170	-
Partes relacionadas (Nota 16)	(c)	94	-
Total		1.559	-

(a) Os valores referem-se aos contratos de fornecimento de energia com clientes terceiros, no montante anual de 96.401,05 MWh, com vigência até 2033.
(b) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela CCEE.
(c) Referem-se, substancialmente, aos contratos de fornecimento de energia no montante anual de 995,27 MWh com a CELPE e 5.971,67 MWh com a COELBA, com vigência até 2033.
O contrato estabelece receita fixa anual com atualização monetária pelo IPCA no mês de novembro.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	-	1.813
Total					-	1.813

Circulante - 2
Não circulante - 1.811
(a) Durante o ano de 2013, a Companhia transferiu o saldo da conta para a constituição de reserva do serviço da dívida e a conta reserva de operação e manutenção, que são garantias ao contrato de financiamento obtido junto ao BNDES e são redutoras ao saldo do empréstimo (Nota 9).
(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	31/12/13	31/12/12
Circulante	523	41
Imposto de Renda - IR	523	41
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	178	21
Imposto Sobre Serviços - ISS	-	16
Total	701	78

O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referendo a serviços prestados.

7 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/13	31/12/12
	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço		
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.392	-
Máquinas e equipamentos	77.582	-
Provisão de desmantelamento	1.778	-
Total	120.752	-

Em curso - 208
Edificações, obras civis e benfeitorias - 7.987
Adiantamento a Fornecedor - 28.116
A Ratear - 1.182
Total - 120.752

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	31/12/13	31/12/12
	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço		
Depreciação acumulada	435	435
Saldos em 01 de janeiro de 2012	435	435
Adições	37.058	37.058
Saldos em 31 de dezembro de 2012	37.493	37.493
Depreciação	85.076	85.076
Transferências	(122.569)	(122.569)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	120.752	-

Em curso - 208
Depreciação acumulada - 120.752

8 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Energia elétrica:		173	-
Partes relacionadas (Nota 16)		173	-
Encargos de uso da rede		64	-
Terceiros		64	-
Materiais e serviços	(a)	17.860	2.921
Terceiros		17.860	2.921
Total		18.097	2.921

Circulante - 18.097
(a) O grupo de materiais e serviços é composto principalmente, por fornecedores de itens relacionados a investimento.

9 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 3 de julho de 2012 e Aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 23 de agosto de 2012, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Calango 2 na localidade de Bodó/RN, com capacidade instalada de 30 MW e com 15 Aerogeradores G87 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

	31/12/13	31/12/12				
Moeda nacional						
BNDES FINEM	TJLP+ 2,18% a.a.	1.152	2.193	82.041	85.386	48.013
Total moeda nacional		1.152	2.193	82.041	85.386	48.013

(-) Garantias depósitos vinculados - (972) (972)

A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 2,18% a.a., prazo total de 18 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de agosto de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de operação e manutenção. No ano de 2013 foram liberados o montante de R\$ 33.000, totalizando até 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 80.000.
Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	31/12/13	31/12/12
2015	5.265	2.975
2016	5.265	2.975
2017	5.265	2.975
2018	5.265	2.975
Após 2018	60.981	35.204
Total obrigações	82.041	47.104

(-) Garantias depósitos vinculados - (972) (972)

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	31/12/13	31/12/12
Saldos em 01 de janeiro de 2012		
Ingressos	115	47.485
Encargos	413	413
Transferências	381	(381)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	909	48.013
Ingressos	-	33.236
Encargos	4.137	4.137
Transferências	(1.701)	-
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(972)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.345	84.414

Condições restritivas financeiras (covenants)
O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:
BNDES FINEM - Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.
Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.
Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

10 Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	424	115
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	161	37
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	1	-
Programa de Integração Social - PIS	(c)	10	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	47	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		9	58
Imposto Sobre Serviços - ISS		3	39
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte		66	-
Total		721	249

(a) IRPJ e CSLL apurados com base no lucro Real referentes ao ano calendário 2013.
(b) ICMS proveniente da aquisição de equipamentos para construção dos parques eólicos e que foram baixados para o ativo.
(c) PIS e COFINS a pagar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Calango 2 Energia Renovável S.A.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014.

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora-Presidente
Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Calango 2 Energia Renovável S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da Calango 2 Energia Renovável S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

11 Dividendos

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está como segue:

	31/12/13	31/12/12
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	32.362	31.528
Total	32.362	31.528

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado
Lucro líquido do exercício 1.208 299
Absorção de prejuízo acumulado - (1)
Constituição da reserva legal (60) (15)
Base de cálculo do dividendo (25%) 1.148 283
Dividendo mínimos obrigatórios **287** **71**
A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:
Saldo em 01 de janeiro de 2012
Dividendos obrigatórios 2012 -
Saldos em 31 de dezembro de 2012
Dividendos adicionais 2013 213
Dividendos obrigatórios 2013 287
Saldos em 31 de dezembro de 2013 **571**

12 Provisões

As provisões constituídas passivas estão compostas como segue:

	Desmantelamento	Provisões Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-
Constituição	1.793	1.793
Atualização	30	30
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.823	1.823

Refer-se ao custo de desmantelamento. Os cálculos são feitos com base em perspectiva do custo total de desmontagem do parque eólico Calango 2, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o grupo de imobilizado.

13 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 32.362 divididos em 32.362 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em julho de 2013, foi aprovado e integralizado o aumento de capital em R\$ 834 realizado através de incorporações de bens, e durante o ano de 2013 foi integralizado, o montante de R\$ 784, referente Assembleia Geral Extraordinária realizada em agosto de 2012.
A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Acionistas		
FE Participações	32.362	100,00
Total	32.362	100,00

Acções Ordinárias
Única - 100,00%
Total - 32.362

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

14 Receita Líquida

	Ref.	31/12/13	Acumulado 31/12/12
Fornecimento de energia	(a)	5.402	-
Receita de geração		5.402	-
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		170	-
Total receita bruta		5.572	-
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(517)	-
Total receita operacional líquida		5.055	-

(a) Fornecimento de Energia
A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de consumidores	faturados(*)	MWh (*)	R\$ mil
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Suprimento	14	-	34.538	5.402
Total	14	-	34.538	5.402

(*) Não auditado

	31/12/13	Acumulado 31/12/12
IMPOSTOS:		
PIS	(93)	-
COFINS	(424)	-
Total	(517)	-

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13	Acumulado 31/12/12
Custos dos serviços		
Serviços de terceiros (599)	(1)	(600)
Energia elétrica comprada para revenda (161)	-	(161)
Encargos de uso de rede (239)	-	(239)
Depreciação e amortização (1.817)	-	(1.817)
Arrendamentos e alugueis (62)	-	(62)
Total custos/despesas	(2.878)	(2.879)

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/13	31/12/12
IR	1.795	415
CSLL	25%	9%
Total	449	104

Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota do reajuste anual com base na variação: 25% 9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação: **449** **104**
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:
(-) Exclusões
Outras exclusões (24) - (25) -

	31/12/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social no resultado	425	162
Corrente		
Recolhidos e pagos	161	155
A pagar	-	39
Compensados e deduzidos	362	24
Impostos antecipados a recuperar	(98)	(17)
Total	425	162

17 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

	31/12/13	31/12/12
Empresas		
COELBA (a)	Energia fornecida	80 - 312 -
CELPE (a)	Energia fornecida	13 - 52 -
NC ENERGIA (b)	Energia comprada	174 (174) -
AFLUENTE	TRANSMISSÃO	Uso da Rede - (1) -
FE PARTICIPAÇÕES	Dividendos	- 569 - 71 -
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	Reembolso de despesa	- - 242 -
Neoenergia S.A.	Contrato de Mútuo	- - (16) -

(a) Celpe e Coelba - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2033, com reajuste anual com base na variação.
(b) NC Energia - Compra de energia para recomposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica.

18 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos.

Considerações Gerais e Políticas
A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.
Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.
Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.
A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de avançamento que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.
Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:
• Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
• Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
• Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
• Empréstimos e financiamentos
O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar a construção da usina eólica e a eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
• Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Valor Justo
O valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.
A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.
Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com Bancos de Fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.
Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assés possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas.
O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	Contábil	31/12/13 Valor justo	Contábil	31/12/12 Valor justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.559	1.559	-	-
Contas a receber de clientes e outros	1.559	1.559	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	15.304	15.304	44.899	44.899
Caixa e equivalentes de caixa	15.304	15.304	43.086	43.086
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.813	1.813
Mensurado pelo custo amortizado	(102.511)	(102.511)	(50.934)	(50.934)
Fornecedores	(18.097)	(18.097)	(2.921)	(2.921)
Empréstimos e financiamentos	(84.414)	(84.414)	(48.013)	(48.013)

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:
Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e
Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	2.626	12.678	-	15.304
Total	2.626	12.678	-	15.304

Fatores de Risco

• Riscos financeiros
✓ Risco de taxas de juros
Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.
A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.
A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	13.649	1.109	832	554

PASSIVOS FINANCEIROS

Empréstimos, títulos e deb